
O Monitor de Angola

Nº 3, 2014

O Monitor de Angola aborda a política, economia, desenvolvimento, democracia e direitos humanos em Angola. Publicado trimestralmente pela Ação pela África Austral (ACTSA, sigla em inglês), também está disponível em inglês.

Esta edição cobrirá:

Política: Ressurgem disputas por fronteiras marítimas entre Angola e a República Democrática do Congo; resultados preliminares do censo são esperados para setembro; premiê chinês visita Angola; presidente empossa novo ministro da Defesa; Brasil: visita presidencial reforça laços econômicos e políticos; Angola e Cuba assinam tratado de cooperação; Interesses britânicos são ampliados em Angola, e as prioridades para a cooperação internacional.

Economia: Luanda foi classificada como a cidade mais cara; crise dos bancos portugueses poderá afetar Angola; empréstimo cedido para renovação do setor energético; demanda por dólares permanece alta; apesar de proibição, importação de cimento continua alta; novos investimentos na indústria têxtil deverão criar empregos.

Direitos humanos: Cidadãos da RDC são acusados de incitação à guerra; polícia agride e prende vinte manifestantes.

Ajuda e desenvolvimento: Retirada de minas terrestres permite retorno de cinco mil pessoas; risco de seca reduzido em algumas áreas.

Mensagens de nossos leitores são bem-vindas. Por favor envie os comentários para info@actsa.org. Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o sítio do ACTSA: www.actsa.org.

Política

Ressurgem as disputas por fronteiras marítimas entre Angola e RDC

Tentativas por parte de Angola de ampliar a área onde detém direitos marítimos exclusivos foram barradas por uma disputa continuada com a República Democrática do Congo (RDC). Ambos os países afirmam ter direitos a uma estreita faixa de mar que mede cerca de 12 milhas (19,2km) de largura por 200 milhas (320km) de comprimento a partir da boca do rio Congo, onde a RDC tem acesso ao mar (entre Angola e Cabinda). A área disputada inclui algumas das concessões de petróleo mais lucrativas de Angola, incluindo os blocos 14 e 15, dos quais espera-se extrair quase 350.000 barris por dia daqui a dois anos.

Angola afirma que, devido ao Acordo de Berlim de 1884, os direitos da RDC são limitados a uma pequena área triangular de mar na boca do rio Congo. A RDC, por sua vez, assegura que a Lei de Montego Bay da Convenção do Mar de 1992 garante ao país direitos a um corredor longo e estreito que avança para dentro do Atlântico.

A interpretação angolana no tocante a suas fronteiras marítimas foi aceita pelo Presidente do Zaire em 1974, Mobutu Sese Seko. No entanto, em maio de 2009, o parlamento da RDC aprovou um novo mapeamento que reclama uma maior área marítima. Angola imediatamente contestou esse novo mapeamento e as tentativas iniciais da RDC em incorporar essa área foram seguidas de expulsões de migrantes congolezes das minas de diamantes do norte angolano.

Angola busca estender seus direitos marítimos além da Zona Econômica Exclusiva, de 200 milhas para 350 milhas a partir da costa. Isto incluiria uma área potencialmente rica em petróleo. No entanto, a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU que estava prestes a avaliar o plano em julho e

setembro, teve que adiar a avaliação uma vez que a ONU não pode analisar casos de expansão de fronteiras marítimas quando há disputas.

Espera-se que as reivindicações da RDC com relação às áreas em disputa não tenham sucesso. Uma modificação das fronteiras marítimas provavelmente desestabilizaria Angola e as empresas petrolíferas multinacionais que operam em suas águas.

Resultados preliminares do censo são esperados para setembro

Alcançando mais de 99% da população, o primeiro censo de Angola desde 1973 foi concluído no dia 31 de maio. De acordo com Camilo Ceita, diretor geral do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), as pessoas faltantes representam apenas “500 casas de um total de 5 milhões, desse modo podemos considerar que nossa meta foi alcançada.”

O censo ocorreu entre os dias 16 e 31 de maio e teve o envolvimento de dez mil pessoas e preenchimento de sete milhões de formulários, um por cada família. Estima-se que o processo custou aproximadamente duzentos milhões de dólares, valor significativamente mais elevado que a estimativa de 73 milhões dólares feita pelo INE há um ano. Inicialmente o INE esperava anunciar os resultados preliminares dentro de um prazo de 18 meses, contudo em julho foi anunciado que estes resultados agora são esperados para setembro.

Premiê chinês visita Angola

O premiê chinês Li Keqiang ficou dois dias em Angola como parte de sua primeira visita à África subsaariana que incluiu Etiópia, Quênia, e Nigéria entre os dias 4 e 11 de maio. Esta foi a primeira visita em oito anos de um premiê chinês ao país.

A delegação composta por 129 pessoas teve como foco o desenvolvimento de cooperação econômica. Porém, as discussões sugeriram uma mudança na direção de relações de longa duração e a colaboração focou-se no Plano Nacional de Desenvolvimento angolano de 2013-17 que visa diversificar a economia.

Angola é o segundo maior parceiro comercial da China na África. O comércio entre os dois países superou 35 bilhões de dólares em 2013, grande parte relacionada à exportação de petróleo para a China e a importação de materiais de construção (principalmente cimento). Até o momento, a China forneceu a Angola mais de 10 bilhões de dólares em financiamento, em grande parte para projetos de infraestrutura. Tem fornecido ainda sua própria mão de obra recebendo pagamento em petróleo. Isto tem trazido algumas críticas, particularmente devido ao fato de que esta abordagem não permite que Angola desenvolva suas próprias indústrias e mão de obra, o que reduza a taxa de desemprego de 26 por cento.

A visita tem sido tomada como evidência de que a China tem interesse em mudar sua relação com a África. Antes da visita, os discursos focaram-se em uma colaboração com os países do continente mais de longo prazo e foram menos focadas em petróleo e recursos. Reuniões em Angola tiveram uma abordagem semelhante. Acordos na área de agricultura, manufatura, finanças, saúde e energia foram assinados entre os dois países.

O premiê reuniu-se com representantes dos vinte e seis mil trabalhadores que vivem em Angola, um quarto da população chinesa na África. Ele respondeu às crescentes preocupações no que se refere aos baixos padrões de condições trabalhistas e à falta de respeito por regulamentações ambientais ressaltando a importância de que as empresas chinesas sigam os costumes e leis locais, proteja o meio ambiente e os interesses das comunidades locais.

O governo chinês vê o Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola de 2013-17 como uma oportunidade para maior colaboração. Foram anunciados novos empréstimos no valor de 170 milhões de dólares através do China EximBank para diversos projetos que incluem melhorias no fornecimento de eletricidade na província de Moxico, projeto agroindustrial na província de Zaire e um instituto de capacitação gerencial em Lubango. Pagamentos adicionais no valor de 28 milhões de dólares para

“projetos de desenvolvimento’ foi anunciado, além de um projeto de 1.5 bilhão de dólares entre o Fundo de Desenvolvimento China-África e a polícia Nacional para que uma empresa chinesa construa acomodações para policiais.

Ocorreram, ainda, discussões sobre o estabelecimento de uma linha aérea com base em Angola. A China já tem investimentos na aviação com ações na empresa de transportes aéreos da Sonangol, SonAir, através da China Sonangol e o novo aeroporto que está sendo construído em Luanda é financiado pela China.

Presidente nomeia novo ministro da Defesa

No dia 22 de abril, o presidente José Eduardo dos Santos surpreendeu ao anunciar uma pequena reforma ministerial. Foram trocados os ministros da defesa e dos Antigos Combatentes e Veteranos.

Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnem, ministro da Defesa desde 2010, tornou-se o ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos, sendo substituído no Ministério da defesa pelo Major João Manuel Gonçalves Lourenço. Van-Dúnem será responsável por mediar o descontentamento entre antigos combatentes, principalmente no tocante a aposentadorias.

O major general João Lourenço foi o secretário geral do MPLA até 2003. Ele é um membro do Comitê Central do partido desde 1985 e Politburo desde 1989. João Lourenço também foi governador das províncias de Moxico e Benguela e vice-presidente da Assembleia Nacional.

O novo ministro da Defesa foi o 16º parlamentar do MPLA na última lista eleitoral e goza de apoio popular dentro do partido. Ele já foi considerado um potencial sucessor presidencial até voltar a ter papel parlamentar secundário, aparentemente após desentender-se com o presidente em 2003. João Lourenço administrará um ministério extremamente poderoso. De acordo com o Stockholm International Peace Research Institute, em 2013 os gastos militares aumentaram 36%, alcançando a cifra de 6,1 bilhões de dólares, fazendo de Angola o país que mais gasta com defesa na África subsaariana. Em 2014, o gasto com segurança deve representar 18 por cento do total dos gastos do governo.

Especula-se que o retorno João Lourenço à arena política central poderá torná-lo um potencial sucessor ao presidente José Eduardo dos Santos. No entanto, a maioria acredita que o provável sucessor será o vice-presidente Manuel Vicente. Até o momento, o presidente José Eduardo dos Santos permanece em silêncio com relação aos seus planos para a sucessão. Afirma-se que em maio ele disse ao Comitê Central do MPLA que sua sucessão não estará na pauta até o congresso de 2016.

Brasil: visita presidencial fortalece laços políticos e econômicos

Em meados de junho, o presidente José Eduardo dos Santos visitou o Brasil. Durante a visita um empréstimo no valor de dois bilhões de dólares para melhorias da infraestrutura energética foi anunciado. Espera-se que o empréstimo seja usado na construção da hidrelétrica de Lauca no rio Kwanza, província de Kwanza Norte. Acredita-se que a construção seja concluída em 2017. É provável que empresas brasileiras sejam as responsáveis pela obra.

O Brasil é o terceiro maior parceiro comercial de Angola e tem ligações econômicas e políticas de longa data com o país. O Brasil foi o primeiro a reconhecer a independência de Angola em 1975 e acredita-se que tem fornecido até 8 bilhões de dólares em empréstimos desde o fim da guerra em 2002. O Brasil tem interesses econômicos significativos em Angola, particularmente no setor da construção, enquanto a estatal petrolífera Sonangol tem interesses nas concessões de petróleo *offshore* brasileiras. O comércio entre os países em 2013 foi de dois bilhões de dólares, basicamente composto por petróleo de Angola e maquinário, açúcar e carne do Brasil. A aerolinha angolana TAAG oferece um serviço constante entre os dois países.

O Brasil ainda prometeu apoiar Angola em sua tentativa de obter um assento como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU. O anúncio foi feito pela presidente do Brasil, Dilma Rousseff, após uma reunião com o presidente José Eduardo dos Santos no dia 16 de junho.

Esta foi a primeira visita do presidente angolano desde 2010, quando foi assinado um acordo estratégico de parceria com o presidente Lula. A presidente Dilma Rousseff escolheu Angola para a sua primeira visita à África após sua eleição em 2011. O presidente José Eduardo dos Santos foi recebido em Belo Horizonte por pequenas manifestações pedindo melhorias na área dos direitos humanos.

Angola e Cuba assinam acordo de cooperação

No dia 18 de junho, após a visita ao Brasil, o presidente José Eduardo dos Santos visitou Cuba, onde foi recebido pelo presidente Raúl Castro. O presidente angolano visitou as obras do porto Mariel Harbour que está sendo construído para ser o principal porto cubano. Cuba mantém ligações com o MPLA desde 1965 e teve papel significativo na guerra contra o África do Sul durante o regime de apartheid, incluindo as batalhas de Cuito Cuanavale em 1987-88. Durante a visita, os presidentes dos dois países assinaram um acordo de cooperação nas áreas de infraestrutura e transporte para o período 2014-17.

Desenvolvimento de investimentos britânicos em Angola

Em junho, o ministro britânico para a África, Mark Simmonds, esteve em Angola com uma delegação de empresários por dois dias para tentar melhorar o comércio e aumentar os negócios das empresas britânicas no país.

Esperava-se que durante a visita ele se reunisse com o presidente angolano, com o ministro das Finanças, Armando Manuel, e uma série de outros ministros de áreas chave.

O comércio britânico com Angola tem crescido rapidamente e diversas grandes empresas como BP (petróleo), Diageo (bebidas alcoólicas) e Aggreko (geradores) estão estabelecidas no país. De acordo com governo do Reino Unido, as exportações britânicas para Angola cresceram 65% no primeiro trimestre de 2014 em comparação com o mesmo período em 2013. Exportações de Angola para a Grã-Bretanha também aumentaram. O ministro Simmonds descreveu o crescimento como “bastante extraordinário” e deseja expandi-lo. Ele considera o estabelecimento de uma câmara de comércio entre Reino Unido e Angola. Em março de 2014, a China também estabeleceu uma câmara de comércio em Luanda.

Mark Simmonds foi acompanhado por representantes de construtoras britânicas em um encontro com o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre, para promover contratos para obras de infraestrutura. Ele também encontrou-se com o secretário de estado para geologia e mineração, Miguel Bondo, para discutir investimentos no setor de mineração e o Kimberly Process (esquema de certificação global para diamantes administrado pela indústria de diamantes, governos e sociedade civil e elaborado para reduzir o fluxo de diamantes oriundos de áreas conflituosas). Atualmente Angola é a vice-presidente do Kimberly Process e tornará-se presidente em 2015.

Prioridades para cooperação internacional

No dia 13 de junho, Maria Ângela Bragança, Secretária de Estado para Cooperação, falou sobre Angola e seu papel como uma influência global para um público na Chatham House (O Instituto Real para Assuntos Internacionais britânicos), em Londres.

A ministra falou sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento para 2013-2017 e sobre as tentativas do governo em diversificar a economia e reduzir a dependência sobre o setor petrolífero. Ele disse que atingir esta meta depende da estabilidade do entorno imediato e do continente.

Angola atualmente está na presidência da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (ICGLR, sigla em inglês) e está usando o posto como plataforma para promover-se como candidata a uma cadeira de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU entre 2015-2016.

A ministra disse que o presidente José Eduardo dos Santos estabeleceu três prioridades para a presidência do ICGLR: que estados-membros do ICGLR se juntem ao Pacto sobre Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento assinado em 2006; que o intercâmbio cultural e desenvolvimento

econômico entre os estados-membros seja encorajado; e que a segurança de fronteiras seja promovida e os conflitos na região sejam resolvidos.

Maria Ângela Bragança também esboçou as prioridades de desenvolvimento econômico do governo de Angola. A diversificação da economia e redução da dependência do petróleo são pontos-chave. O governo tem grande interesse em desenvolver as relações com instituições financiadoras internacionais, melhorar o gerenciamento político e priorizar programas de infraestrutura, particularmente incentivando investimentos privados estrangeiros. A estabilidade política e macroeconômica e a melhoria das condições para investimentos estrangeiros também são prioridades e visam colocar Angola próximo às economias com crescimento mais acelerado da África subsaariana. No tocante às relações internacionais, Angola irá priorizar as relações com a comunidade dos países lusófonos, com a África, e especialmente com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês), Estados Unidos e Ásia.

Economia

Luanda é classificada como a cidade mais cara

Pelo segundo ano consecutivo, Luanda foi classificada pela consultoria global Mercer como a cidade mais cara do mundo para imigrantes. Os preços na cidade são elevados devido à falta de produção doméstica. A maioria dos produtos é importada, incluindo alimentos, roupas, medicamentos e maquinário. Um hotel três estrelas no centro de Luanda atualmente custa 280 dólares por noite, um quarto quatro estrelas custa cerca de 430 dólares. Uma refeição a beira-mar custa aproximadamente 50 dólares, excluindo bebidas.

Visando aumentar os investimentos estrangeiros o governo tem buscado diversas maneiras de reduzir os custos, mas até o momento tem obtido poucos resultados. O fornecimento de eletricidade pouco confiável e a carência de infraestrutura de transporte em algumas áreas também eleva os preços, assim como o baixo volume de comércio entre Angola e seus vizinhos e o fato de Angola estar fora da zona de livre comércio da SADC. Tentativas de incentivo à produção doméstica, em parte através taxaço à importação mais elevada, podem elevar os preços ainda mais no curto prazo.

Crise em banco português poderá afetar Angola

A crise que atinge o maior banco português, Banco Espírito Santo, poderá causar um efeito em cadeia na subsidiária angolana Banco Espírito Santo Angola (BESA) com informações de uma garantia de 5,7 bilhões de dólares por parte do governo angolano para não pagamento de dívidas significantes.

Em meados de julho, a Espirito Santo International, *holding group* da família Espirito Santo, que é proprietária de parte do Banco Espírito Santo, entrou com pedido de proteção contra credores “devido ao vencimento de uma parte significativa de sua dívida”.

O BESA é o segundo maior banco angolano e é sabido que possui integrantes sêniores do MPLA, governo e a família dos Santos entre seus acionistas. O Banco Espírito Santo detém 55,7 por cento de suas ações.

No final do mês de junho o Banco Espírito Santo negou qualquer problema no BESA, mas no dia 19 de julho o Portugal Expresso publicou o que afirma-se ser uma cópia da “Ordem Presidencial Interna No 7” autorizando o resgate financeiro, assinada pelo presidente José Eduardo dos Santos no dia 31 de dezembro de 2013, “para proteger interesses fundamentais para o equilíbrio do sistema financeiro angolano”.

Álvaro Sobrinho, presidente anterior do BESA, foi acusado pelo Expresso de autorizar empréstimos no valor de 1,6 bilhão de dólares para cinco empresas “desconhecidas” ligadas a ele. O BESA também

concedeu empréstimos significativos a promotores imobiliários durante o *boom* imobiliário que se seguiu ao fim da guerra em 2002, porém estas dívidas ainda não foram pagas. O mercado imobiliário em Angola foi significativamente afetado pela crise financeira global.

Dois possíveis cenários para o futuro do banco foram levantados. Um é a nacionalização do banco por parte do governo angolano, mas o cenário mais provável é que acionistas angolanos comprem os investimentos portugueses do banco. Isto parece bastante provável se as ações do Banco Espírito Santo sofrerem perda de valor.

Empréstimo cedido para renovação do setor energético

O Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB, sigla em inglês) acertou um empréstimo de um bilhão de dólares com o governo angolano para um grande programa de renovação do setor energético do país. Angola possui um setor energético ineficiente e fornecimento de energia irregular. Aqueles que têm recursos utilizam geradores a diesel, tornando os negócios e a manufatura dispendiosos.

O empréstimo para o Programa de Apoio à Reforma do Setor de Energia Angolano é o maior já concedido a Angola pelo AfDB e terá foco em três áreas – reestruturação do setor energético e melhoria do quadro regulamentador, melhoria da transparência financeira e incentivo aos investimentos do setor privado. A privatização dos ativos do governo há tempo faz parte da agenda do governo angolano, mas existem receios com relação ao impacto que isso pode ter nos preços e sobre empregos, particularmente devido ao alto índice de desemprego de Angola.

Demanda por dólares continua alta

A legislação cambial angolana introduzida em 2013 está sendo vista como um sucesso pelo Banco Nacional de Angola (BNA), apesar de uma discrepância crescente entre a taxa de câmbio oficial e extraoficial, além de um nível de produção de petróleo inferior ao previsto. A legislação cambial tinha como intuito reduzir a dependência de Angola ao dólar americano. É exigido que empresas petrolíferas e negócios relacionados a elas façam pagamentos utilizando o Kwanza, por intermédio de bancos angolanos.

Nos últimos meses a demanda pelo dólar tem crescido, levando à falta desta moeda. A crescente diferença entre a cotação oficial do dólar aplicada pelos bancos e aquela oferecida por negociantes não oficiais desperta o temor de que a inflação pode aumentar. A falta de dólares é creditada ao BNA que é acusado por racionamento de dólares e à Reserva Federal americana que implantou procedimentos rígidos contra a lavagem de dinheiro. No entanto, o fator mais significativo é a produção de petróleo abaixo do esperado.

Em uma tentativa de combate à lavagem de dinheiro o governo introduziu a nova legislação em 2013. Nos últimos meses o BNA tem introduzido uma tecnologia de varredura financeira para melhorar a segurança bancária.

Apesar de proibição, importação de cimento permanece alta

No dia 1 de março, Angola introduziu uma nova legislação proibindo toda a importação de cimento. A nova lei, juntamente com novas tarifas alfandegárias visando favorecer fornecedores locais, tinha o propósito de incrementar a indústria do cimento de Angola, mas até o momento os números mostram uma história diferente. No primeiro quadrimestre de 2014, cimento continuou a ser o produto mais importado em Angola com estimativas que indicam que as importações atingiram 630 milhões de toneladas.

Devido à indústria petrolífera e programa de reconstrução pós-guerra, Angola tem um grande apetite por cimento. Até o momento grande parte do cimento é oriunda da China. No entanto, até março, 112,6 milhões de dólares foram investidos pelo ministério das Finanças na Nova Cimangola. Nova Cimangola é uma parceria público-privada que tem Isabel dos Santos (filha do presidente) entre os acionistas.

Novos investimentos na indústria têxtil deverão gerar empregos

Três fabricas têxteis reformadas irão reabrir as portas até o final de 2014, produzindo um número estimado de 2.700 novos postos de trabalho. As reformas da África Têxtil em Benguela, Textang II em Luanda e Santec em Kwanza Norte foram pagas através de um empréstimo de 1 bilhão de dólares obtido junto ao Banco Japonês para a Cooperação Internacional. O financiamento também pagará a construção de duas outras fábricas em 2015. As fabricas reformadas foram construídas quando Angola era uma colônia portuguesa, mas pararam de produzir durante a guerra civil.

O governo também planeja reativar a produção de algodão em Angola. Visando atingir a meta de 100.000 toneladas de algodão produzidas por ano, uma plantação de 74 mil hectares, parcialmente financiada pela Coréia do Sul, está planejada em Kwanza Sul.

Atualmente a produção têxtil na África tem dificuldades de competir com os países asiáticos, apesar do fato de que muitos países se beneficiam de tarifas preferenciais da Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (AGOA, sigla em inglês). Angola tem custo de produção mais elevado devido ao fornecimento de eletricidade irregular e à infraestrutura de transporte de má qualidade, além de não se beneficiar da AGOA. Desta forma, Angola deverá ter dificuldades em competir com a indústria têxtil de outros países.

Direitos Humanos

Cidadãos da RDC são acusados de incitação à guerra

No dia 3 de junho, a Anistia Internacional lançou uma ação de urgência após Angola condenar no dia 16 de abril oito homens, a maioria deles da RDC, por incitação à guerra ou represália contra Angola e por permanecerem ilegalmente em Angola.

Os oito homens, e um outro que foi absolvido, foram presos no dia 22 de novembro de 2012 em Cabinda. De acordo com a Anistia Internacional “foi relatado que eles foram inicialmente mantidos incomunicáveis por um mês, agredidos com armas de fogo, chutados pelos militares que usavam botas, além de serem alvo de tapas e socos”. A Anistia Internacional agora teme que alguns deles sejam enviados à RDC, onde correm risco de sofrerem tortura, maus tratos ou ainda a pena de morte.

Kadate Lekumu, Faustino Mananga Gomes, Ilunga Mukendi Cianda, Richard Nsabwa Mukendi, Boyeye Marc Eyoku e Mbuasi Kitunta François, todos oriundos da RDC, foram sentenciados a penas que variam entre seis meses e um ano de prisão por permanecerem ilegalmente em Angola e por incitação à guerra ou represália contra Angola. David Bucur e Eduardo Pongo Muaca, ambos angolanos, foram sentenciados a dois anos e oito meses de prisão por incitação à guerra ou represália contra Angola e por promoção e auxílio à entrada ilegal no país. Akanza Toto foi absolvido, mas não foi visto desde a decisão, levantando suspeitas de que ele tenha sido enviado de volta à RDC.

Os oito homens permanecem encarcerados enquanto aguardam o recurso. Um pedido de libertação sob pagamento de fiança foi negado. Não houve nenhuma investigação sobre a alegação de que os homens tenham sido torturados após serem presos. A Anistia Internacional tem solicitado aos seus apoiadores que escrevam ao governo Angolano expressando suas preocupações.

Polícia agride e prende 20 manifestantes

O grupo jovem Movimento Revolucionário de Angola informou que no dia 27 de maio vinte membros foram agredidos e aprisionados pela polícia enquanto protestavam na Praça da Independência, em Luanda. O dia 27 de maio é a data de aniversário do protesto de oposição ocorrido em 1977 durante a guerra civil. Na época o protesto foi descrito como tentativa de golpe e foi seguido por milhares de mortes. Os eventos de 1977 são tratados no livro recentemente publicado, chamado “Em nome do povo: o massacre que Angola silenciou”, escrito por Lara Pawson.

O grupo protestava contra a morte de três ativistas pelas forças de segurança, dois foram mortos em maio de 2012 e um em novembro de 2013.

O manifestante Manuel Nito Alves disse à mídia que “a polícia prendeu 20 de nossos membros no momento que chegamos na Praça da Independência para o protesto... Dentro da viatura policial, eles agrediram-nos com cassetetes, nos levaram ao Catete, a cerca de 60km de Luanda, e libertaram-nos após várias horas.” A polícia e o Ministério do Interior não responderam aos pedidos de comentário da mídia.

Assistência e Desenvolvimento

Limpeza de minas terrestres permite o retorno de cinco mil pessoas

Uma área de 5,9 km² na província de Moxico passou pelo processo de retirada de minas feito pela DanChurchAid (DCA), possibilitando que cinco mil pessoas retornassem ao local. A área é conhecida como Alto Campa, a cerca de 6km de Luena foi transformada em campo minado em meados dos anos 1980 para proteger o campo aéreo local contra os rebeldes.

Residentes da área migraram para a Zâmbia, RDC e outras partes de Angola durante a guerra civil por causa do risco de explosão das minas. A área agora foi retornada ao governo provincial.

Moxico ainda é a província que mais tem minas em Angola, o que restringe o acesso a vastas áreas agriculturáveis. A DCA trabalha na região desde 2004.

Risco de seca reduz-se em algumas áreas

Espera-se regiões agricultoras de Malanje, Huambo, Bié e Huila (que normalmente produzem excedente) tenham produção maior que no último ano devido a um melhor índice pluviométrico. No entanto o resultado em grande parte do país, apesar de melhor que no último ano, será abaixo da média. O preço de alimentos básicos permanece alto devido à falta ocorrida no passado, mas espera-se que o preço caia nos próximos meses devido a uma melhora na colheita.

Algumas áreas anteriormente afetadas pela seca no sudoeste e região central de Angola tiveram um bom índice pluviométrico desde o final de fevereiro até o fim de maio e, no momento, os reservatórios de água estão cheios. Porém, algumas áreas de Kwanza Sul e Benguela ainda sofrem pela falta de chuva, o que vem impactando a produção. O Ministério de Assuntos Sociais disse que está providenciando assistência alimentar nessas regiões, assim como em Cunene. No entanto, existem relatos de que a ajuda não está chegando a essas áreas. Prevê-se que a segurança alimentar continuará a ser um desafio em Benguela e nas áreas menos populosas de Cunene até setembro.

As matérias do Monitor de Angola não representam necessariamente qualquer posição acordada pelo ACTSA.